III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH0153

A MODERNIDADE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROPOSTAS E REALIDADES DO VALE DO PARAÍBA

SOLANGE CAMILO ASEN
PROFA. DRA.: ELVIRA APARECIDA SIMÕES DE ARAUJO
solange.asen@uol.com.br
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
ELVIRA APARECIDA SIMOES ARAUJO
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

A MODERNIDADE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROPOSTAS E REALIDADES DO VALE DO PARAÍBA

Solange Camilo Asen

RESUMO

O presente trabalho aborda alguns aspectos da organização regional do Vale do Paraíba Paulista. As características mais relevantes para demonstrar a importância de se incluir elementos sociais nos projetos de desenvolvimento regional que tenham como objetivo o bem estar geral da população regional, evitando que a natureza do sistema econômico crie as distorções que lhe próprias. Neste sentido, o trabalho apresenta um panorama geral da região e discute a seguir as propostas desenvolvimentistas apresentadas por alguns autores renomados da área. E partir dessas propostas e teorias pode-se estabelecer comparações com alguns dados das região que confirmam a necessidade de uma intervenção mais ampla do Estado brasileiro no seu projeto de desenvolvimento.

Palavras-chaves: economia, região, desenvolvimento, políticas públicas.

ABSTRACT

This paper discusses some aspects of the regional organization of the Vale do Paraíba Paulista. The most relevant features to demonstrate the importance of including social elements into regional development projects that aim to general well-being of the regional population, avoiding the nature of the economic system creates distortions that you own. In this sense, the paper presents an overview of the region and then discusses the developmental proposals by some renowned authors in the field. And from these proposals and theories can establish some comparisons with data from the region confirm the need for a broader intervention of the Brazilian State in its development project.

Keywords: economy, region, development, policies.

INTRODUÇÃO

A influência das propostas desenvolvimentistas na economia nacional teve uma trajetória descompassada, enquanto a economia crescia, outros setores apresentavam um distanciamento que historicamente aproximava o modelo de desenvolvimento a aquele proposto pelos autores clássicos. A incorporação das forças sociais ao processo de desenvolvimento ocorreu tardiamente e vem ocorrendo ainda através da preocupação em se qualificar a mão-de-mão ofertando mais vagas na educação profissional em todos os níveis.

Dessa forma, só o amadurecimento do pensamento nacional é que o desenvolvimento está atrelado a outros fatores, não apenas nas questões de ordem econômica e a participação do Estado começou a enveredar na área de econômica e de tecnologia para que pudesse contribuir efetivamente com o desenvolvimento.

Tendo em vista ser uma questão ampla e complexa, procurou-se fazer um recorte apresentando algumas propostas de desenvolvimento que foram apresentadas ao longo do século XX e início do XXI. Procurou-se retirar das teorias e propostas elementos que sustentem a ideia de progresso econômico e social, para mostrar como o desenvolvimento no Brasil se aproximou e ainda hoje se aproxima de algumas das teorias.

O problema derivado dos pressupostos apresentados é buscar entender como o desenvolvimento a partir do recorte delimitado alcança a localidade e contribui com o desenvolvimento econômico do país. Quais as características do modelo adotado podem ser incorporadas ou foram incorporadas ao projeto de desenvolvimento que o país pretende alcançar.

Aborda-se o tema inicialmente caracterizando as condições geográficas do Vale do Paraíba, para a seguir observar as características estruturais da educação presentes na região

Em seguida apresentam-se alguns dados referentes ao panorama econômico e social da região do Vale do Paraíba. Centralizando na oferta de vagas para formação do capital humano, procurando relacioná-los com algumas das propostas desenvolvimentistas e procurar encontrar algumas características análogas com o projeto de desenvolvimento brasileiro.

Na parte final apresenta-se o modelo metodológico que permitiu a execução deste trabalho de pesquisa. Detalhando cada uma das dimensões utilizadas para sua elaboração.

I – ALGUNS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO VALE DO PARAÍBA

A região do Vale do Paraíba Paulista (VPP) possui uma série de características próprias cuja identidade pode ser facilmente descrita pelas dimensões geohistóricas. Na perspectiva dessas dimensões podemos perceber a importância que o VPP possui principalmente para a consolidação e desenvolvimento do eixo econômico mais importante do país.

Estar entre as duas metrópoles mais significativas do Brasil permitiu que a rede urbana tenha se constituído mais intensamente, integrada por um sistema técnico moderno, por isso não se deve apenas construir um entendimento panorâmico que conduza a crença da existência de múltiplas vantagens comparativas permanentes para a região. Encontram-se também desvantagens para as cidades nas proximidades dos grandes polos econômicos. Essa situação geográfica pode estabelecer uma rede de mão única, tornando as localidades receptoras de bens e serviços e ao mesmo tempo, fornecedora de mão de obra.

Nessa perspectiva, a região do VPP encontraria enormes dificuldades para alcançar um bom desenvolvimento econômico, humano e social equânime. No entanto, a região constituiu-se como um polo tecnológico, concentrando indústrias modernas e de alta tecnologia, fato que contribuiu e contribui para o desenvolvimento regional. Dessa forma, a região integra uma rede densa com as duas metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo a megalópole brasileira. Essa integração possui inúmeras variáveis que desafiam os responsáveis pelo planejamento regional.

A região do VPP, transformada em Região Metropolitana (RM) em janeiro de 2012, como qualquer região apresenta uma orientação endógena centro-periferia com polos de atração e áreas de dispersão cujos desafios os responsáveis pelo setor de planejamento precisam e devem enfrentar objetivando uma distribuição regular da riqueza gerada. Dentre os desafios existentes, de ordem econômica, política e social, a educação tem relevância na constituição das três dimensões. A formação do Capital Humano, segundo a teoria defendida Schultz (1973, p.35), *"...Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa (...), mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico".* O indivíduo se torna capaz de sustentar através do trabalho o desenvolvimento econômico e social de uma localidade ou da região, alcançar esse objetivo é um desafio na era da globalização. Nesse aspecto as dificuldades são estruturais, por possuir diferentes esferas de decisões organizacionais, todas elas submetidas a lógicas e interesses desiguais.

A preocupação mais importante neste artigo é conhecer a estrutura da Educação Superior (ES) e sua oferta disponível em algumas cidades da região do VPP, confrontando com as necessidades de capital humano e intelectual do parque industrial da região. Identificando a existência de possíveis migrações intra e inter-regionais, que provocam alguns problemas psicossociais que afetam o cotidiano dos indivíduos. Nesse

sentido, a visão do espaço e do tempo adquire um caráter contemporâneo, os indivíduos estão sujeitos à dimensão geohistórica das técnicas para poderem produzir uma sociedade determinada, de acordo com a predominância no tempo histórico, produzindo a quantidade de trabalho humano necessário ao progresso. (SANTOS, 1994)

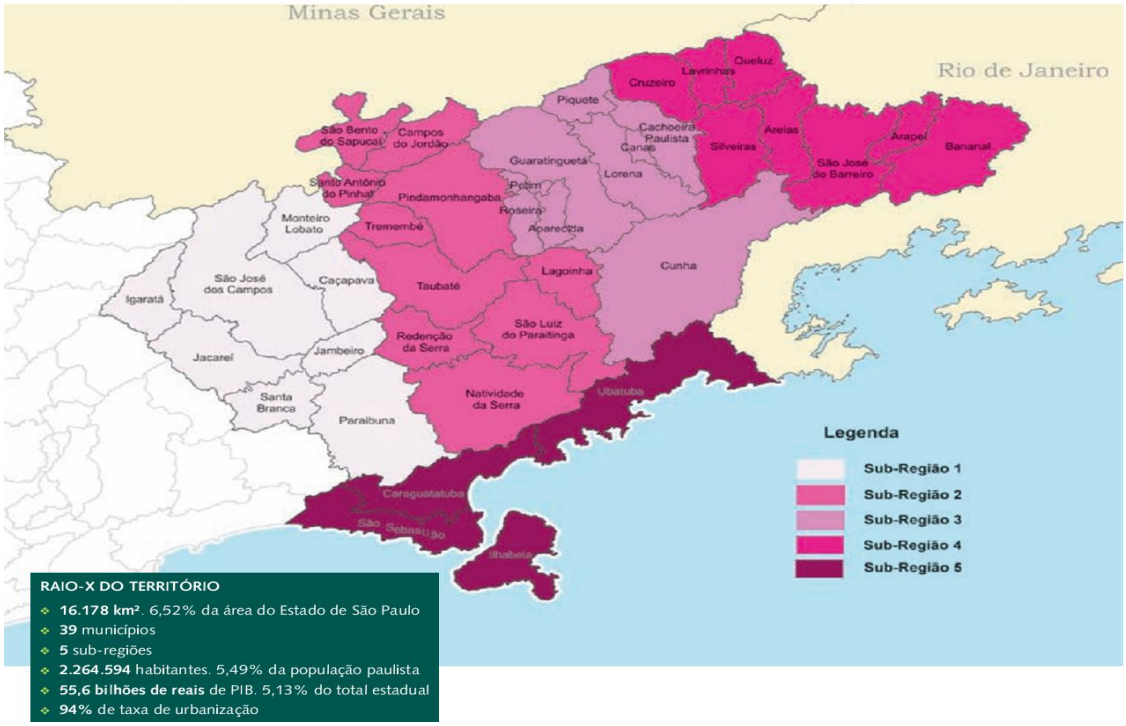
Embora a organização do ES tenha um caráter normativo centralizado no Ministério da Educação (MEC), esse sistema permite variáveis regionais/locais que podem dar as especificidades necessárias para atender às características das localidades. Essa autonomia é um dos pressupostos que dão ao processo as condições necessárias de formação do capital humano para o desenvolvimento regional.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista (RMVPP) é composta por 39 municípios, com aproximadamente 5,5% da população do estado de São Paulo. A fluidez da região é possibilitada pela Via Dutra, que corta o centro do vale e ligam as duas maiores cidades do país. Essa artéria serve para a fluidez da rede urbana da região.

A necessidade de desenvolvimento da região está relacionada a disponibilidade de capital humano e intelectual e nesse artigo procura-se entender como as instituições de Ensino Superior contribuem para alavancar o mercado de trabalho cada vez mais qualificado que os polos de desenvolvimento exigem das forças produtivas.

Na perspectiva da região como um todo, destacam-se alguns municípios que podem contribuir para elucidar a relação trabalho-educação. Os municípios compreendem um espectro longitudinal que acompanha a Via Dutra e possuem diferentes estágios de desenvolvimento bem como posições diferentes na hierarquia urbana da região.

Mapa 1 – Sub-regiões do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte



Fonte: Emplasa/Gov do Estado de São Paulo. 2012

II – INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL DO VALE DO PARAÍBA

A região possui intensa e diversificada atividade econômica, destacando-se as cidades industriais do eixo da Via Dutra, os polos de serviços urbano-industriais de São José dos Campos e Taubaté, as cidades turísticas da Mantiqueira e Litoral Norte e o Porto de São Sebastião. Ressaltam-se as atividades industriais, que contribuem com 7,7% do valor adicionado da indústria paulista, seguidas pelos segmentos terciário (4,1%) e primário (1,9%). (SEPLAN-SP)

A indústria predominante é intensiva em capital e tecnologia, com grandes unidades produtivas de diferentes segmentos, como petroquímico, automobilístico, químico, bélico, farmacêutico, veterinário, telecomunicações e, sobretudo, aeronáutico.

Destaca-se em âmbito nacional o município de São José dos Campos, enquanto importante polo produtivo aeronáutico e aeroespacial, com mais de 40 empresas de tecnologia de ponta, entre outras:

i) o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), integrado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);
ii) o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Estudos Avançados (IEA);
iii) o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e
iv) a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), além de outras do setor aeronáutico.

Na área da Educação Superior existe significativo número de instituições públicas na região para fornecer o suporte de capital humano: UNESP, UNIFESP e ITA em São José dos Campos, UNESP em Guaratinguetá, USP em Lorena e CEBIMar/USP

em São Sebastião, além de cinco Fatecs: em Cruzeiro, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, São José dos Campos e São Sebastião. Cabe ressalvar também que a região conta com diversas unidades particulares de ensino superior e de inúmeras Etecs distribuídas em 11 municípios.

A ocorrência de um bom número de instituições voltadas para a formação do capital humano mostra que a preocupação com a qualidade da formação é um pressuposto dos mais relevantes. Principalmente numa região caracterizada pela atividade industrial, que está intimamente ligada a transformações técnicas e culturais. A metropolização da região, com aproximadamente 94% da população vivendo em áreas urbanas, e com densidade demográfica de aproximadamente 140 hab./km² (EMPLASA/ESTADO de SP, 2012), caracterizam as relações nesse tipo de sítio urbano.

Sendo a RMVPP uma área de homogeneidade geográfica, nesse sentido convém observar e estudar como se desenvolve o sistema educacional de nível superior na busca da formação do capital humano, na concepção das territorialidades e na superação das questões de ordem econômica e social geradas pela natureza sistêmica. Como um dos pilares do desenvolvimento o sistema educacional do ES deve estar integrado aos objetivos socioeconômicos almejados. Dessa forma, sua eficiência não pode ser simplesmente quantificada, pois os seres humanos vivem em diferentes esferas e as construções simbólicas que elaboram são frutos da sua formação. Uma consequência da não consideração desta questão é a ocorrência de desequilíbrios sociais, como a necessidade de buscar soluções externas à região.

A preparação do material humano endógeno à região diminui as desterritorializações provocando laços sociais mais sólidos e menor mobilidade inter-regional. A maior integração e sentimento de pertencimento contribuem eficazmente para a qualidade de vida e produtividade da sociedade local. Nesse sentido, a participação do Estado no ordenamento territorial e na produção de políticas públicas para consolidação do projeto de desenvolvimento, são questões que devem ser consideradas na avaliação do objeto desse estudo.

III - Estado e Desenvolvimento Econômico

Não existe a pretensão de estabelecer aqui um debate entre as teorias e propostas desenvolvimentistas, mas buscar nelas elementos que substancie a ideia de um desenvolvimento que incorpore os fatores econômicos e sociais, base ampla de sustentação para o progresso que promova uma distribuição de renda e qualidade de

vida para a população. Dessa forma, aborda-se apenas alguns aspectos para o embasamento da ideia de desenvolvimento e bem estar social.

A posição que os economistas tradicionais (clássicos e neoclássicos) assumiram para explicar o desenvolvimento considera apenas as determinantes imediatas da produção de uma economia, a saber: i) o nível tecnológico; ii) quantidade e qualidade da força de trabalho; iii) quantidade e composição do estoque de capitais; e iv) natureza das condições dos recursos naturais. Dessa perspectiva, o ritmo de desenvolvimento depende do grau de utilização e da taxa de aumento desses vários tipos de fatores produtivos.

Essa perspectiva apresenta algumas dificuldades quanto a quantificação de muitas das características do desenvolvimento. A dificuldade aumenta ao se tentar determinar as causas das variações entre os diferentes fatores produtivos. E quando se tenta essa determinação, confronta-se invariavelmente com uma gama enorme de forças sociais, políticas e econômicas.

Em seu livro, "Teoria do Desenvolvimento Econômico", Schumpeter (1957) diz:

> "Devido a essa dependência fundamental do aspecto econômico de coisas sobre tudo mais, não é possível explicar uma mudança econômica através somente de condições econômicas prévias. Isso porque o estado econômico de um povo não emerge simplesmente de condições econômicas anteriores, mas somente de toda situação anterior..." (p. 70).

Para o autor, o processo de produção que impulsiona o desenvolvimento é uma combinação de forças compostas por elementos materiais e imateriais. Ampliando as condições que alavancam o desenvolvimento econômico de um país. Nesse sentido, é preciso considerar outras variáveis presentes que se interpenetram, como a qualificação da mão-de-obra, por exemplo.

Outra perspectiva do desenvolvimento, a defendida por Celso Furtado, se fundamenta na premissa de que o aumento do fluxo de renda seria a melhor forma de se caracterizar o desenvolvimento. A renda *percapita* determinada pelo crescimento econômico só aumenta se ocorrer modificações estruturais economia, acumulação de capital, inovação tecnológica e realocação dos recursos. (SILVA, OLIVEIRA & ARAUJO, 2012)

Em países onde o processo de desenvolvimento se organizou tardiamente não se formou uma poupança interna capaz de alavancar o processo de industrialização, dessa forma a participação do Estado tornou-se peça fundamental para o desenvolvimento. (FURTADO, 1998)

A partir desse contexto, abordar a região em seu conteúdo político, ou seja, no papel da dominação e do poder, dentro da sociedade é o fator primordial para a existência da regionalização e das diferenças intra e extra regional. Sendo assim, a região desempenha um papel importante na produção e reprodução das relações sociais. A política da região com base na ideia de dominação e poder constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas. (CORREA, 1996).

> "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estadas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas, etc." O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território e a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN 1993, p. 45)

Nessa concepção e ampliando o campo de análise do espaço econômico, a presença do Estado não se limita a busca de ordenamento territorial, segundo os keynesianos a possibilidade e a eficácia da intervenção corretiva do Estado no mundo econômico permite um dinamismo econômico maior. Os keynesianos trabalham com a mesma ideia de um Estado homogêneo e externo ao mundo econômico que, num caso, é capaz de formular políticas econômicas sábias e eficazes para o desenvolvimento econômico.

Para Celso Furtado (1998), o modelo capitalista de desenvolvimento se fundamenta na interação de dois processos: a inovação tecnológica, que aumenta e produtividade, e na expansão do mercado, que cresce com a massa de salários. Relação que segue, segundo o autor, a orientação centro-periferia, que no plano regional e intrarregional provoca concentração nos polos mais dinâmicos. (ver gráfico 01) A hierarquia que o urbano estabelece no território cria desigualdades que a natureza do sistema econômico aprofunda e exige a ação política do Estado para amenizar as desigualdades sistêmicas. Na era da globalização o controle do Estado sobre o processo de desenvolvimento escapa a sua ação reguladora, porque se apoia no mercado externo para crescer. Na região de estudo pode-se observar diferenças que tornam o espaço

regional assimétrico apesar a ação do Estado no sentido produzir um espaço mais equilibrado.

Gráfico 01

Fonte: IBGE, 2011.

No gráfico anterior o modelo concentrador, centro-periferia, de Celso Furtado ainda é atual para a interpretação das relações econômicas. Os municípios que estão submetidos ao polo de São José dos Campos apresentam um PIB *percapita* inferior à metade e quanto mais distantes a tendência é a renda diminuir, como é o caso de Cachoeira Paulista.

Quando se observa há grande diferença econômica intrarregional no Vale do Paraíba (gráfico 2), provocada pela concentração que o polo regional que exerce, percebe-se a relação negativa sobre as cidades do entorno e até aquelas que se encontram na área de influência do polo. Por isso Furtado (1983) a ideia das externalidades para tentar reduzir as desigualdades geradas pela natureza do sistema, o Estado deve expandir a infraestrutura como pré-condição para o progresso. Nesse contexto, a atualidade do pensamento de Celso Furtado serve para se repensar o planejamento econômico regional e mesmo o nacional para diminuir das diferenças regionais.

Gráfico 02

Fonte: IBGE 2011.

Cabe aqui ressaltar que os novos sistemas globais de governança se inserem na região do Vale do Paraíba e para serem realmente novos, deverão ser frutos de novos arranjos de atores, de uma nova arquitetura de rede e de novos modos democráticos, conectando identidades individuais e coletivas – sócio territoriais (comunidades), socioculturais (novos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades virtuais), sócio produtivas (novas empresas) e sócio-políticas (novos partidos) e tendências para além da identidade única do Estado-nação. É necessário identificar as insuficiências ou inadequações do Estado-nação para tentar prever que tipo de transformação ocorrerá na sua estrutura e no seu funcionamento por força do processo de mundialização atual e como ele replica-se na região promovendo distorções ou ajustes que buscam uma simetria na distribuição da renda.

No entanto, o Estado-nação, na sua forma atual, é uma entidade necessária para a promoção ou a indução do desenvolvimento. Ou seja, nesse campo existem coisas que precisam ser feitas e que não podem ser feitas pelo Estado, senão, em alguns casos, pelo mercado e, em outros, pela sociedade civil ou, ainda, por parcerias intersetoriais entre Estado e mercado, Estado e sociedade civil, mercado e sociedade civil e Estado, mercado e sociedade civil. Ou, segundo Claus Offe (1991, *apud* BRESSER PEREIRA *et al*, 1991, p. 15), existem coisas que devem ser feitas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade ou por combinações desses *"três fundamentos da ordem social, e em uma mistura que consiga evitar que cada um deles se sobreponha aos outros e os elimine"*

A assimetria na região do Vale do Paraíba ainda é uma constante não superada pelo desenvolvimento concentrador. Vemos no gráficos a seguir um pouco das

diferentes acentuadas que o modelo de desenvolvimento vem reproduzindo e possivelmente acentuando. Para exemplificar o que vem ocorrendo na região mostra-se alguns dados da economia de alguns municípios da região.

A importância da região no conjunto do estado é significativa, com 16.179,95 km² a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte é a mais extensa região metropolitana do Estado de São Paulo. Sua área territorial corresponde a 32,41% da metrópole Paulista, 6,52% do estado e a 0,19% da superfície nacional. A região exibe um Produto Interno Bruto (PIB), em 2010, de R$ 61.698.187.890,00. Esse montante corresponde a 4,96% do PIB estadual e 1,64% do nacional. Seu PIB per capita de R$ 27.244,70 é bastante significativo se comparado ao do Estado (R$ 30.264,06) e ao do Brasil (19.016,00).

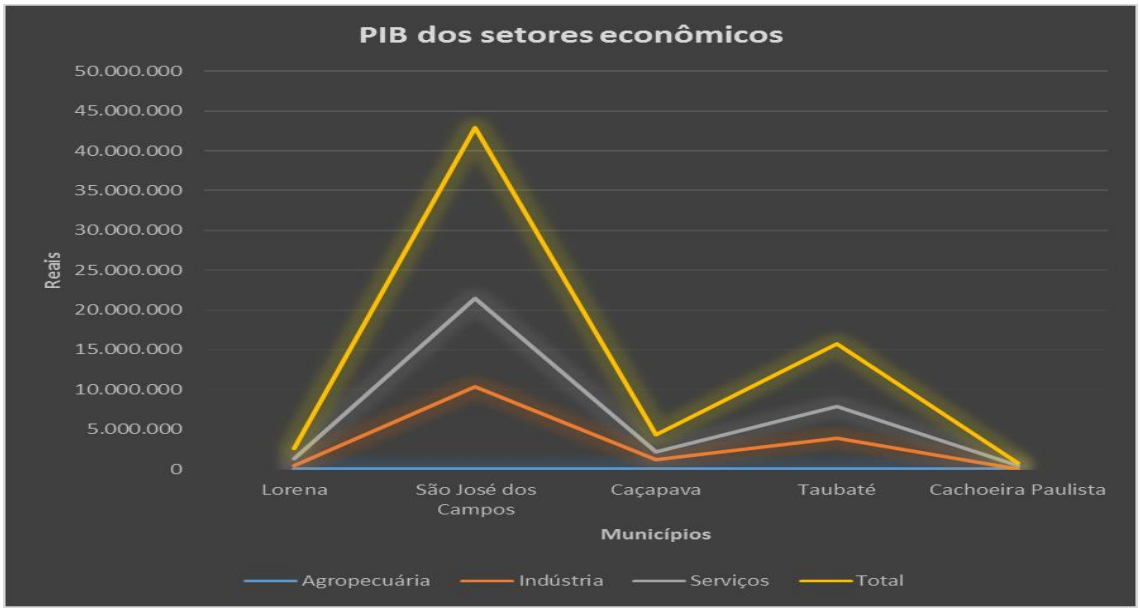
Tabela 01. PIB municipal - 2011

Fonte: http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=355410

Variável	Lorena	São José dos Campos	Caçapava	Taubaté	Cachoeira Paulista
Agropecuária	18.568	31.728	26.294	24.182	10.524
Indústria	450.796	10.369.974	1.152.158	3.901.354	47.426
Serviços	817.274	11.063.773	971.678	3.956.199	326.327
Total	**1.286.638**	**21.465.475**	**2.150.130**	**7.881.735**	**384.277**

As distorções do produto interno bruto são elevadas entre alguns municípios, ocorrendo uma forte concentração na cidade de São Jose dos Campos, uma relação desigual está instalada na região. (ver gráfico 03)

Gráfico 03

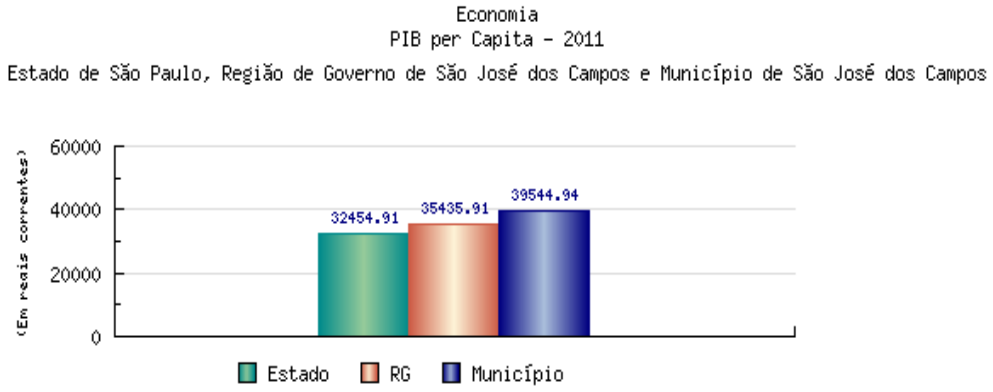


Fonte: IBGE, 2011

O desenvolvimento, segundo Sen (2010), não pode ser analisado apenas sob o viés restritivo do crescimento do PIB e da renda e para demonstrar isso são lançados alguns exemplos que põem em cheque a eficácia de uma análise realizada sob estes moldes, ao mesmo tempo em que ilustram a teoria do desenvolvimento como liberdade.

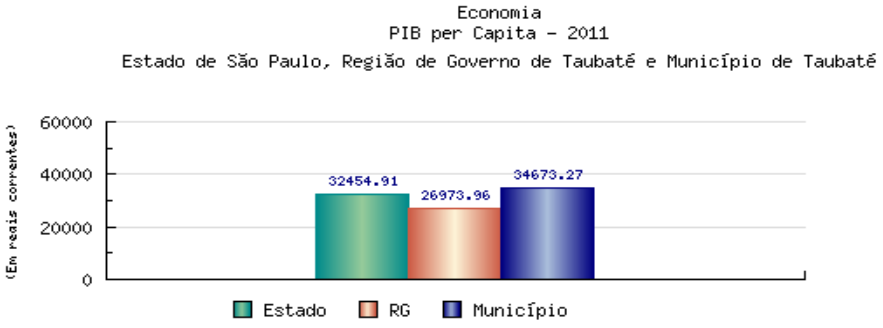
Para Sen (2010), "O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas" (SEN, 2010, pág. 18).

Gráfico 04



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fundação Seade.

Gráfico 05



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fundação Seade.

Nesse sentido, um renda elevada em um localidade não garante que o desenvolvimento promove um elevação da qualidade de vida. No gráfico anterior observa-se que as cidades de São José dos Campos e Taubaté apresentam um PIB *percapita* maior que da região e do estado. Tal informação pode induzir a crença de uma alta qualidade de vida na localidade. Mas como Amartya Sen (2010) afirma, essa uma falsa premissa sobre os benefícios do desenvolvimento. Ainda nesta linha, a qualificação da mão-de-obra, na análise que Amartya Sen fez acerca do desenvolvimento "atentasse particularmente para a expansão das "capacidades" das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, como o a oferta de vagas nas universidades, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

Já Luciano Coutinho, afirma que o desenvolvimento, no caso brasileiro, não pode prescindir do apoio do Estado para tornar as empresas nacionais competitivas. Ele defende a associação do setor financeiro com os bancos públicos devido a capacidade de expandir o crédito e manter o desenvolvimento econômico mesmo em situações de crise. Por isso deve-se investir nos setores mais competitivos para gerar internacionalização e, consequentemente, desenvolvimento. (COUTINHO & REICHSTUL, 1977)

Para se construir uma política de desenvolvimento o Estado brasileiro encontra alguns obstáculos fundamentais em face da sua inépcia para: i) ordenar o quadro macroeconômico, impondo um mínimo de estabilidade monetária e de preços; ii) desenvolver e articular as condições sistêmicas de competitividade. Isso não supõe se

priorizar a ação do Estado na economia, mas o contrário, ele deve atuar como regular das regras do mercado garantindo a acumulação de capital. (COUTINHO & REICHSTUL, 1977)

Nessa linha pensamento, os autores Edson Silva, Edson Oliveira e Elvira Araújo (2012), afirmam que o modelo de desenvolvimento cria um espaço diferenciado, sendo dos países desenvolvidos e outro dos subdesenvolvidos, onde o crescimento se dá de forma desigual. Para enfrentar essa desigualdade os Estados devem agir por meio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, porém estas não devem favorecer o utilitarismo, pois este dificulta as ações de desenvolvimento. Para se elevar o nível de vida da população não são somente os bens materiais suficientes para isso, todas as potencialidades das forças produtivas devem ser exploradas.

IV – METODOLOGIA

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência (produção de conhecimento) a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Nesse sentido o método fenomenológico empregado nesta pesquisa, que quanto à forma de abordagem é qualitativa – sendo por isso descritiva, as informações obtidas podem ser quantificáveis embora sem a centralidade do outro modelo e os dados obtidos são analisados indutivamente, por fim a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa -, se preocupa com o levantamento e decrição direta de como são e estão as coisas, a realidade apurada é construída para ser entendida na forma que é e interpretada segundo suas características. Sendo está pesquisa combinada, pelas modalidades exploratória, cujo objetivo é a caracterização inicial do problema, sua classificação e de sua definição, e teórica, pois tem como objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses. Também foi feita uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de recuperar o conhecimento científico acumulado sobre um problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos contextos apresentados, pode-se inferir que o desenvolvimento econômico que pressupõe não só os elementos materiais, mas também os sociais, com

melhor qualidade de vida, não pode prescindir de um planejamento amplo. Este deve incluir todas as forças produtivas, capital e trabalho, sob orientação do Estado devido à natureza do capital e do sistema que o coloca em funcionamento.

O recorte na teorias e propostas apresentadas permite que se conclua sobre a necessidade de se adotar um modelo de desenvolvimento que se diferencie das propostas clássicas. Estas por sua vez não podem ser desconsideradas, uma vez que, como se observou ainda impulsionam o modelo desenvolvimentista, com a orientação centro-periferia.

A região do Vale do Paraíba está submetida a lógica clássica e a preponderância do modelo demonstra que as políticas públicas ainda não foram suficientes para distribuir de forma mais equilibrada os dividendos do desenvolvimento. Apesar do Estado estar intervindo na organização do espaço, incrementando o setor educacional para a formação do capital humano, percebe-se que essa ação é também centralizadora, com as universidades acomodadas no polo e sua periferia imediata. Isso provoca assimetrias que distribuem a renda de forma desigual.

Embora atendendo aos modelos de desenvolvimento modernos, o Estado brasileiro apresenta deficiências no planejamento regional para reduzir as assimetrias. A inserção de todos os setores produtivos abrangendo todas as localidades da região deve ser priorizado, para que se evite as especializações das vantagens comparativas proposta pela economia clássica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6ª. Edição. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COUTINHO, Luciano & REICHSTUL, Henri-Philippe. **O setor produtivo estatal e o ciclo**. apud MARTINS, Carlos Estevam. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, Hucitec--Cebrap, 1977.

EMPLASA & ESTADO DE SÃO PAULO, Gov. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** São Paulo. Imprensa Oficial. 2012.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1998.

_____. **Teoria política do desenvolvimento econômico.** São Paulo. Ed Abril Cultural. 1983.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª. ed. São Paulo. Editora Atlas. 1994.

OFFE, Claus. **A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade.** in Bresser Pereira, L.C., Wilheim, J. e Sola, L. Sociedade e Estado em Transformação. Brasília: ENAP, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SANTOS, Lívia S. & FREITAS, Urandi R. Paiva. **Pensando a educação superior e o desenvolvimento da Bahia à luz da teoria de crescimento endógeno.** Bahia. Revista Desenbahia nº 12 / mar. 2010. Disponível em: http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2508201114583437_Cap3.pdf. Data do acesso: 01/03/2014.

SCHUMPETER, Joseph A. **The theory of economic development.** Cambridge, Harvard University. 1957.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **O Capital Humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-52.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Edson Pereira da; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido & ARAUJO, Elvira Aparecida Simões de. **O conceito de desenvolvimento econômico regional: Uma Revisão Teórica.** The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate, SP – Brazil – December 5ththrough 7th, 2012, Disponível em: http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf417.pdf. Data de acesso: 28/03/2014.